

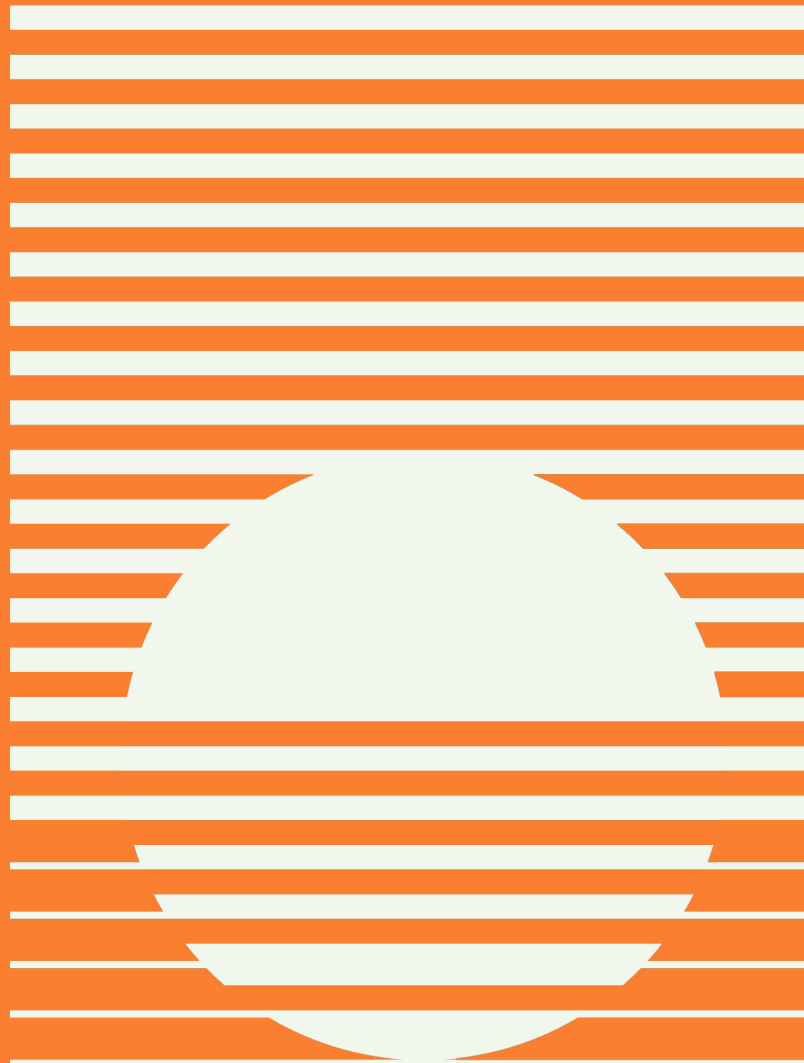
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

09
2023



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editora Executiva: Kethlyn Gabi Winter da Silva

Editor Adjunto: Felipe Vidal Benvenuto Alberto

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, Beatriz Santos, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Campbell, Guilherme France, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Júlia Furtado Reis, Kethlyn Winter, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Nathalia de Oliveira, Pedro Lange Netto Machado, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

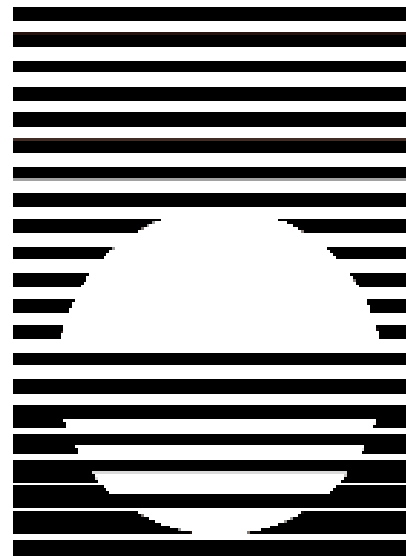
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 05

Lula viaja à cúpula do G20 e recebe a presidência do bloco
Lula e Biden anunciam iniciativa em defesa de direitos
trabalhistas

Presidente brasileiro participa da Cúpula do G77 em Cuba

Página 06

Líderes sul-americanos discursam na 78ª AGNU

Argentina sedia a II Conferência da América Latina e do Caribe
sobre Operações de Paz da ONU (ALCONU)

Página 07

Governo Peña toma as primeiras medidas em política externa
Paraguai e Argentina seguem se desentendendo sobre pedágio
em hidrovía

Página 08

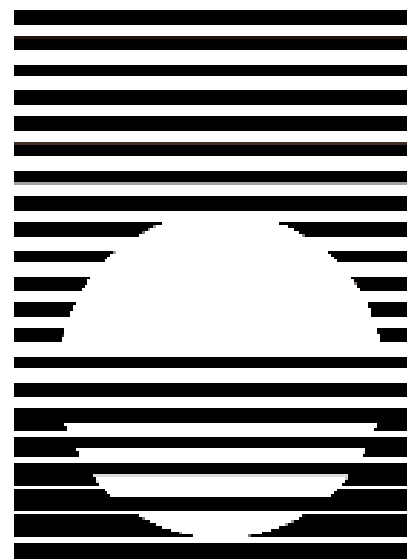
Chile relembra os 50 anos do golpe militar assumindo
compromisso com a proteção da democracia
Petro promove agenda migratória em Nova York

Página 09

Campanha eleitoral para primárias da oposição avança na
Venezuela
Presidente venezuelano viaja à China

Página 10

ONU divulga relatório sobre a situação política e social da
Venezuela
Guiana mostra alinhamento com Suriname e tensão com
Venezuela na AGNU



SUMÁRIO

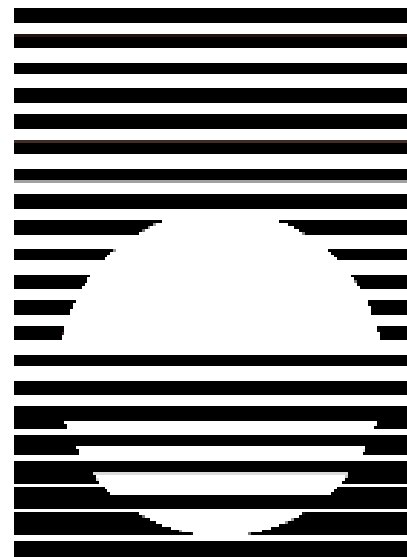
Página 11

Encontro do G20 na Índia reúne as maiores economias globais

O G20 como palco de discussões sobre o nome da Índia

Página 12

China solicita aos EUA que pare de interferir nos assuntos relativos aos uigures



Lula viaja à cúpula do G20 e recebe a presidência do bloco

Entre 8 e 10 de setembro, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, viajou à Índia para participar da 18ª cúpula de líderes do G20. Em discurso na abertura do evento, Lula tratou apenas de clima. Afirmou que o mundo vive uma emergência climática sem precedentes, acusou os países ricos de contribuírem mais para o aquecimento global, historicamente, e os cobrou a repassarem US\$ 100 bilhões de dólares anuais aos países em desenvolvimento para ações ambientais. Durante o encontro, Brasil, Índia e Estados Unidos lideraram a criação da Aliança Global de Biocombustíveis, que reunirá 19 países no total, inicialmente, com a finalidade de fomentar a produção, o consumo e a regulação comercial de fontes alternativas de energia a partir de produtos como milho e cana-de-açúcar. No encerramento da cúpula, o Brasil recebeu o mandato da presidência temporária do G20 pelo próximo ano. Em novo discurso, Lula anunciou três prioridades para a agenda de debates: inclusão social e combate à fome; transição energética e desenvolvimento sustentável; e reforma das instituições de governança global. Também afirmou que serão criadas duas forças-tarefas: a de Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a de Mobilização Global contra a Mudança do Clima. Declarou, ainda, o lema do G20 durante a presidência brasileira: “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”. A próxima cúpula de líderes está prevista para novembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro.

Fontes: [GOV.BR](#), 09/09/2023; [Exame](#), 09/09/2023; [GOV.BR](#), 10/09/2023.

Lula e Biden anunciam iniciativa em defesa de direitos trabalhistas

Em 20 de setembro, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Joe Biden, reuniram-se em Nova York, às margens da abertura da Assembleia Geral da ONU. Foi a segunda reunião bilateral entre eles, tendo a primeira ocorrido em fevereiro, em Washington. No novo encontro, ambos destacaram a vontade de trabalhar juntos pela proteção da democracia, do meio ambiente e dos direitos humanos. Em seguida, anunciaram o lançamento da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras. A iniciativa tem como objetivo promover o trabalho digno por meio de seis ações: ampliar o conhecimento público sobre

direitos trabalhistas, promover transições energéticas que gerem empregos de qualidade para trabalhadores, aumentar a importância dos trabalhadores em instituições multilaterais, coordenar programas de cooperação técnica relacionados ao trabalho, avançar direitos trabalhistas em plataformas digitais e envolver o setor privado no combate a discriminações e promoção de diversidade nos ambientes de trabalho. Brasil e Estados Unidos desenvolverão um plano de trabalho conjunto para concretizar as intenções e pretendem colaborar com sindicatos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e países e parceiros globais que queiram se envolver na iniciativa. Além disso, os dois países vêm discutindo formas de incrementar parcerias econômicas. Em 18 de setembro, o Ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, encontrou-se com o Enviado Especial dos Estados Unidos para o Clima, John Kerry, também em Nova York. Haddad propôs que o Brasil tenha um status privilegiado nas relações comerciais dos Estados Unidos, sem pretensão de firmar acordos, pois o país tem uma matriz energética limpa que contribui para produzir bens de consumo de forma mais sustentável que o México, por exemplo.

Fontes: [UOL](#), 18/09/2023; [GOV.BR](#), 20/09/2023; [GOV.BR](#), 20/09/2023.

Presidente brasileiro participa da Cúpula do G77 em Cuba

No dia 16/09, o presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, participou da Cúpula do G77, realizada na cidade de Havana, em Cuba. O “Grupo dos 77”, que atualmente reúne 134 países, teve origem em 1964 e busca promover os interesses dos países do Sul Global na ONU. O encontro ocorreu logo antes da abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, e Lula aproveitou para combinar as duas agendas e fazer sua primeira viagem à Cuba no terceiro mandato. No G77, Lula foi o primeiro líder a discursar, criticando o embargo estadunidense à Cuba e a manutenção da ilha na lista dos EUA de “Estados patrocinadores do terrorismo”. Lula também defendeu o enfrentamento das mudanças climáticas sob o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, reconhecendo a dívida histórica que os países ricos possuem e a necessidade de financiamento climático por parte deles para o desenvolvimento sustentável dos países emergentes. Entre os líderes que também participaram do G77 estavam os presidentes da Argentina, Alberto Fernández, da Colômbia, Gustavo Petro e da Venezuela, Nicolás Maduro. O presidente brasileiro

teve uma reunião bilateral com o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, e com o Diretor-Geral da FAO, Qu Dongyu. Lula também visitou o ex-líder cubano, Raúl Castro, acompanhado de Celso Amorim. A comitiva brasileira foi recebida com honrarias no Palácio da Revolução, onde foram assinados diversos acordos de cooperação interministerial, em um esforço de retomar as relações após o afastamento entre os países no governo Bolsonaro. Entre os acordos, foi assinado pelos ministros da saúde de Brasil e Cuba um protocolo de cooperação industrial em saúde, com o objetivo de produzir medicamentos e vacinas para atender as necessidades dos dois países.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 16/09/2023; [G1](#), 16/09/2023; [Poder360](#), 16/09/2023.

Líderes sul-americanos discursam na 78ª AGNU

No dia 19 de setembro, teve início a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na cidade de Nova York. O encontro deste ano foi marcado pela ampla presença de presidentes sul-americanos, onde apenas Nicolás Maduro, governante da Venezuela, não compareceu. Mudanças climáticas, migrações, combate à pobreza e segurança internacional foram alguns dos assuntos com maior destaque, visto que o tema escolhido para o encontro deste ano centrava-se na Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os destaques, estava a fala do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira feita no seu terceiro mandato. Lula afirmou o compromisso de atender os ODS e destacou a desigualdade como raiz de problemas nas agendas de pobreza, clima, paz e governança global. O governante uruguaio, Luis Lacalle Pou, abordou o papel de finanças públicas organizadas na recuperação pós-pandêmica de seu país e defendeu um programa de incentivos financeiros internacionais aos países que promovem o desenvolvimento sustentável. Lacalle Pou exortou a comunidade internacional a condenar a invasão russa à Ucrânia e a se opor ao ‘populismo autoritário’. Santiago Peña, presidente paraguaio recém-empossado, destacou que o acesso à água, a segurança alimentar, a suficiência energética e a resiliência de cadeias logísticas são fundamentais para evitar tensões geopolíticas entre as nações. Peña apelou pela readmissão de Taiwan como país membro das Nações Unidas em reconhecimento das credenciais democráticas do governo da ilha asiática. Guillermo Lasso, do Equador, discorreu sobre a proteção de ecossistemas, o combate à desnutrição infantil e o enfrentamento a redes internacionais

de crime organizado, apresentando o papel que seu país pretende exercer no Conselho de Segurança das Nações Unidas e explicitando seu apoio ao governo da Ucrânia. O governante colombiano, Gustavo Petro, também tratou de segurança internacional, guerra às drogas e migrações, mas escolheu uma ênfase distinta. Petro criticou a forma dispar que a comunidade internacional demonstra para os conflitos que afligem a Ucrânia, na Europa, e Palestina, no Oriente Médio, onde o primeiro país recebe todas as atenções enquanto o segundo é ignorado, propondo a realização de duas conferências de paz, uma para cada conflito. Sobre a guerra às drogas, Petro chamou a atenção para a crise da droga sintética fentanil, que vitima mais de 100 mil pessoas por ano e cujo uso é legalizado como medicamento, enquanto a perseguição a produtores de coca e maconha é tratada como prioritária pelos principais mecanismos de combate às drogas.

Fontes: [La Nación](#), 19/09/2023; [El Observador](#), 19/09/2023; [El País](#), 19/09/2023; [El Colombiano](#), 19/09/2023; [La Nación](#), 20/09/2023; [Expreso](#), 22/09/2023.

Argentina sedia a II Conferência da América Latina e do Caribe sobre Operações de Paz da ONU (ALCONU)

Entre os dias 11 e 12 de setembro, aconteceu a II Conferência da América Latina e do Caribe sobre Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ALCONU). O evento ocorreu na Argentina e contou com a presença de ministros de defesa e autoridades de todos os países da América Latina e do Caribe, com o objetivo de consolidar a articulação entre os países da região em matéria das operações de paz, além de promover o pensamento estratégico e a perspectiva regional sobre este assunto. Em seu discurso, Alberto Fernández defendeu as ações de política externa do seu governo, muito criticadas pela oposição argentina, e o multilateralismo no cenário internacional. Nas suas palavras, a “Argentina e este governo sempre acreditaram no multilateralismo e na necessidade de respeitá-lo, que supõe que somos iguais e temos direitos de nos vincularmos com quem quisermos em condições de igualdade e não podemos ser atacados ou questionados por isso”. Além disso, acrescentou que o multilateralismo exige o respeito aos princípios da Carta da ONU e “quebrar essas regras é o mesmo que quebrar a constituição de um país”. Ademais, Jorge Taiana, Ministro da Defesa, e Santiago Cafiero, Ministro das Relações Exteriores,

seguiram o discurso do presidente e enfatizaram o histórico de participação argentina nas operações de paz e a importância de assegurar a paz, o respeito aos direitos humanos e o incentivo a resolução pacífica de controvérsias. Também destacaram a região latino-americana como uma zona de paz e afirmaram que essa conferência é essencial para dar voz a América Latina e ao Caribe como uma área livre de armas nucleares. Como resultado da Conferência, os países aprovaram o estatuto da Rede Latino-americana e do Caribe para a cooperação e a manutenção da paz (RELACOPAZ), sendo este o primeiro mecanismo regional e mundial para incentivar a colaboração em operações de paz que acontecem sob o mandato da ONU. Por fim, foi assinada a Declaração de Buenos Aires na qual expuseram a definição das metas, do pensamento estratégico e da perspectiva regional sobre as operações de paz.

Fontes: [Ministerio de Defensa S/A](#), s.d.; [GOB.AR](#), 12/09/2023; [Infobae](#), 12/09/2023; [Clarín](#), 12/09/2023.

Governo Peña toma as primeiras medidas em política externa

Após cerca de um mês da posse do atual presidente do Paraguai, Santiago Peña, é possível observar quatro prioridades já colocadas em prática na política externa: o relacionamento com o Brasil e a renegociação do Tratado de Itaipu; as relações com os Estados Unidos (EUA); o reforço do relacionamento com Taiwan; e o regresso da embaixada em Israel para Jerusalém. No que tange o relacionamento com o Brasil e a problemática de Itaipu, Peña aproveitou a ocasião da 78ª Assembleia Geral da ONU para se reunir com o presidente brasileiro, Lula da Silva. Em Nova Iorque, os presidentes acordaram a próxima instalação do Conselho de Itaipu, que acontecerá em Brasília e se dará em data a ser definida pelos chanceleres dos Estados. Ainda no marco da ocorrência da abertura da AGNU, Peña se reuniu com Joe Biden, presidente dos EUA, bem como com autoridades do Departamento de Estado estadunidense. Sobre os encontros, Peña informou: “realizamos uma reunião com Christopher Dodd, assessor especial para a América Latina, e Victoria Nuland, vice-secretária de Estado. Conversamos sobre a importância de fortalecer as relações entre nossos países e os desafios comuns que temos”. No que se refere ao relacionamento paraguaio com Taiwan, o vice-presidente do Paraguai, Pedro Alliana, se reuniu com o embaixador taiwanês, José Han. No encontro, conversaram sobre formas

de continuar a aprofundar as relações diplomáticas e buscar por novas colaborações bilaterais. Por fim, a respeito do relacionamento diplomático com Israel, o líder paraguaio se encontrou com o primeiro-ministro de Israel, Benjamín Netanyahu, e anunciou oficialmente o retorno da embaixada para Jerusalém. Peña também frisou que o relacionamento entre os países permitirá ao Paraguai se posicionar como um Estado competitivo no mundo.

Fontes: [La Nación](#), 19/09/2023; [La Nación](#), 20/09/2023; [La Nación](#), 20/09/2023; [La Nación](#), 20/09/2023; [La Nación](#), 21/09/2023.

Paraguai e Argentina seguem se desentendendo sobre pedágio em hidrovia

O conflito relativo à cobrança do pedágio argentino na hidrovia Paraná-Paraguai continuou gerando grande descontentamento ao Paraguai durante todo o mês de setembro de 2023. Internamente, políticos paraguaios acreditam que as eleições argentinas irão interferir negativamente nas negociações. Além disso, membros do governo paraguaio afirmam a necessidade de acordo entre os países afetados, uma vez que consideram a cobrança do pedágio uma agressão econômica e diplomática e concordam que seu país não deva aceitar medidas extorsivas. No âmbito internacional, o presidente paraguaio Santiago Peña tratou do tema em seu discurso na 78ª Assembleia-Geral da ONU, demonstrando sua total insatisfação com o encaminhamento da questão pelo governo argentino. De acordo com o vice-presidente do Paraguai, Pedro Alliana, a Argentina propôs uma redução de 40% na tarifa do pedágio às embarcações paraguaias. A oferta foi recusada sob a justificativa de que o pedágio é ilegal e que o assunto deve ser discutido de forma conjunta. Sendo assim, Paraguai, Brasil, Bolívia e Uruguai ratificaram, durante reunião da Comissão de Acordo da Hidrovia, que as informações técnicas apresentadas pela Argentina não justificam esta cobrança unilateral do pedágio. No final de setembro, o Comitê Intergovernamental da Hidrovia decidiu que a Argentina não poderá embargar embarcações dos países signatários pelos próximos 60 dias. O governo argentino aceitou a medida sobre os embargos, porém reiterou que continuará cobrando o pedágio até uma solução definitiva. Autoridades paraguaias acreditam que a Argentina só irá retomar a discussão sobre a cobrança do pedágio durante o próximo governo. Como

saldo de todo esse imbróglgio, empresas paraguaias relatam prejuízo que somam mais de US\$ 15 milhões por conta da cobrança arbitrária do pedágio e dos embargos impostos aos navios paraguaios.

Fontes: [ADN Paraguay](#), 15/09/2023; [La Nación](#), 20/09/2023; [La Nación](#), 21/09/2023; [La Nación](#), 21/09/2023; [La Nación](#), 21/09/2023; [La Nación](#), 25/09/2023; [ABC Color](#), 27/09/2023; [ABC Color](#), 27/09/2023; [ABC Color](#), 27/09/2023; [La Nación](#), 27/09/2023; [ADN Paraguay](#), 29/09/2023.

Chile relembra os 50 anos do golpe militar assumindo compromisso com a proteção da democracia

No dia 7 de setembro, às vésperas do aniversário de 50 anos do golpe militar de 1973 no Chile, o atual presidente Gabriel Boric e quatro ex-presidentes chilenos assinaram um compromisso de proteção à democracia e de promoção de direitos humanos no país. O documento “Compromisso: pela democracia, sempre” é uma iniciativa de Boric que tem como fim a busca de um consenso básico em torno dos princípios democráticos na política chilena e foi assinado por Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), Ricardo Lagos (2000-2006), Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018) e Sebastián Piñera (2010-2014 e 2018-2022), bem como pelo atual presidente do país. Já no dia 11 de setembro, data que marcou o início da ditadura militar chilena há 50 anos, Boric convidou chefes de Estado latino-americanos, políticos, ativistas e vítimas da ditadura para uma cerimônia no Palácio de La Moneda, em Santiago. Na presença dos presidentes Gustavo Petro (Colômbia), López Obrador (México), Lacalle Pou (Uruguai) e Luis Arce (Bolívia), Boric afirmou que a democracia não está garantida e, por isso, cabe às novas gerações levar adiante a memória da ditadura e a tarefa de proteger os princípios democráticos. Em seu discurso durante a cerimônia, a senadora Isabel Allende, filha do ex-presidente Salvador Allende, deposto pelo golpe, afirmou que não há contexto, ideologia política ou motivos que legitimem a violação da vontade popular e dos direitos humanos. Ainda no âmbito da preservação da memória dos 50 anos do golpe militar chileno, Gabriel Boric convocou uma sessão do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) para discutir a importância da proteção dos princípios democráticos nas Américas. Na sessão, que aconteceu na sede da organização em Washington, no dia 22 de setembro, o presidente

chileno defendeu a importância do multilateralismo como instrumento para encontrar soluções conjuntas para os problemas que a democracia enfrenta na região.

Fontes: [O Globo](#), 07/09/2023; [Prensa de la Presidencia de Chile](#), 07/09/2023; [La Nación](#), 11/09/2023; [Folha de S. Paulo](#), 11/09/2023; [Prensa de la Presidencia de Chile](#), 22/09/2023.

Petro promove agenda migratória em Nova York

Em 18 de setembro, durante a passagem de Gustavo Petro por Nova York para participar da Assembleia Geral da ONU, o presidente colombiano discursou também diante do Conselho de Tutela das Nações Unidas. Na ocasião, o presidente tratou sobre o impacto das guerras e das mudanças climáticas no cenário migratório. Durante o seu curto discurso, Petro destacou que a pobreza e a fome vêm aumentando, em um contexto de guerras ininterruptas que assolam o mundo. Segundo o presidente, “A migração não irá parar se não houver prosperidade. Se o que temos é pobreza e a água se perde devido à crise climática, se sociedades inteiras são bloqueadas, chegarão aqui [nos EUA] milhões de pessoas”. Na ocasião foi proposta a criação de duas cúpulas da paz, uma sobre a guerra da Ucrânia e outra sobre o conflito palestino, a qual foi posteriormente reapresentada em seu discurso inicial na 78ª Sessão da AGNU, em 19 de setembro. No mesmo dia, o mandatário colombiano reuniu-se com o presidente do Panamá, Laurentino Cortizo, para tratar sobre a região conhecida como Tapón del Darién, na fronteira entre os dois países, e uma conhecida rota migratória. Gustavo Petro comentou que a proposta que recebeu do presidente panamenho foi a de instalar uma série de postos de controles por toda a densa floresta que constitui a região do Darién, o que não foi visto como eficaz pelo presidente colombiano. Decidiu-se então realizar uma reunião mais formal para debater o assunto no futuro. Por fim, ainda sobre este tema, o governo estadunidense desmentiu a alegação de Petro sobre a solicitação de funcionários do alto escalão para a construção de um muro na região do Tapón del Darién, com o intuito de frear a migração aos EUA. A fala do presidente sucedeu-se durante um encontro com residentes colombianos em Nova York, no dia 17 de setembro.

Fontes: [El Espectador](#), 17/09/2023; [El Colombiano](#), 18/09/2023; [El Espectador](#), 18/09/2023; [La Semana](#), 18/09/2023; [El Espectador](#), 19/09/2023.

Questão migratória gera imbróglio entre Colômbia, Panamá e EUA

Colômbia e Panamá enfrentam uma crise migratória na região de Darién (floresta fronteiriça entre os dois países), pois o local tem servido de caminho para migrantes ilegais chegarem aos países do norte. Nesse contexto, no dia 17 de setembro, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, declarou em um dos eventos que precederam a Assembleia Geral da ONU que o governo estadunidense pediu a construção de um muro no local para interromper o fluxo migratório que também afeta os EUA. Por sua vez, o Conselheiro de Segurança Regional do governo de Biden, John Kirby, afirmou numa coletiva de imprensa que não tinha conhecimento sobre um pedido do tipo e destacou que os EUA, na verdade, continuavam a trabalhar com os governos da região para reduzir o fluxo migratório do sul para o norte. No dia 19 de setembro, o embaixador da Colômbia nos EUA, Luis Gilberto Murillo, tentou esclarecer a fala de Petro para não gerar conflitos, sinalizando que o presidente utilizou a expressão “construção de um muro” no sentido figurado. Ainda sobre o tema, e também no âmbito dos encontros na Assembleia Geral, Petro se reuniu no mesmo dia com o presidente do Panamá, Laurentino Cortizo, para tratar da questão migratória, já que o governo panamenho vinha alegando já há algum tempo que a Colômbia não tomava medidas efetivas contra a crise, assim como os EUA, apesar dos apelos panamenhos. Nessa reunião, Petro e Cortizo acordaram realizar um encontro formal para discutir o tema, já que os países possuem visões diferentes de como resolvê-lo: enquanto o Panamá pensa numa abordagem militarizada, de ordem da segurança nacional e em maior consonância com os EUA, o governo colombiano defende o que chama de uma postura “humanizada”, de resolução das raízes do problema nos países de origem do fluxo migratório.

Fontes: [El Tiempo](#), 25/08/2023; [El Tiempo](#), 18/09/2023; [El Espectador](#), 18/09/2023; [El Tiempo](#), 19/09/2023; [El Tiempo](#), 19/09/2023; [El Espectador](#), 19/09/2023.

Campanha eleitoral para primárias da oposição avança na Venezuela

O processo eleitoral para escolha de um candidato, que representará a oposição nas eleições presidenciais da Venezuela, em 2024, teve desdobramentos nos

meses de agosto e setembro. As eleições primárias estão agendadas para o dia 22 de outubro de 2023, e a campanha eleitoral começou, oficialmente, no dia 22 de agosto. As pesquisas colocam a candidata María Corina Machado (Vente Venezuela) na liderança, com 68% das intenções de voto, seguida pela chapa composta por Henrique Capriles (Primero Justicia) e Manuel Rosales (Un Nuevo Tiempo), com 11% das intenções. Machado adota um discurso mais radical durante sua campanha, enquanto a chapa de Capriles e Rosales representa o setor mais tradicional e moderado da oposição. As primárias ocorrem em um contexto de denúncias: a Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos da ONU, em relatório divulgado no dia 20 de setembro, afirma que ataques à oposição aumentaram às vésperas das eleições. Além disso, no dia 22 de setembro, o novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), liderado pelo chavista Elvis Amoroso, e formado após a dissolução do antigo CNE no mês de junho, anunciou que dará apoio técnico às primárias. Desde o anúncio, reuniões entre o Conselho e a Comissão Nacional das Primárias ocorreram, mas sem acordos concretos. O CNE chegou a propor o adiamento das primárias para o dia 19 de novembro, o que foi rechaçado por parte da oposição. Além dessas questões, as eleições primárias também contam com um outro complicador: os candidatos que lideram as pesquisas de intenções de voto estão inabilitados para concorrer a cargos públicos. Um mecanismo de sucessão vem sendo discutido pela Plataforma Unitária, mas não há consenso entre os candidatos.

Fontes: [Efecto Cocuyo](#), 21/08/2023; [O Globo](#), 25/08/2023; [Efecto Cocuyo](#), 29/08/2023; [Efecto Cocuyo](#), 09/09/2023; [Folha de S. Paulo](#), 16/09/2023; [O Globo](#), 20/09/2023; [Efecto Cocuyo](#), 22/09/2023; [Efecto Cocuyo](#), 23/09/2023; [Efecto Cocuyo](#), 28/09/2023.

Presidente venezuelano viaja à China

No início do mês de setembro, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou o pedido do presidente Nicolás Maduro para realizar uma viagem internacional com duração de mais de 5 dias, destinada à China. A constituição de 1999, em seu artigo 235, estabelece que para as viagens que se darão por um período maior do que 5 dias consecutivos, é necessário haver tal aprovação. Maduro desembarcou em Shenzhen no dia 8 de setembro e permaneceu em território do país asiático até o dia 14 de setembro. O presidente venezuelano afirmou que sua viagem possuiu 3 objetivos:

fortalecer as relações entre ambos, promover a entrada da Venezuela nos BRICS e promover a refundação das Nações Unidas. A agenda no período girou em torno da oficialização de tratados de cooperação em várias áreas, tendo sido assinados, no total, 31 acordos bilaterais. Os setores beneficiados por tais acordos foram: elétrico, político, social, infraestrutura e construção, industrial, econômico, ambiental, educativo, científico e tecnológico, comercial, turístico, aeroespacial, saúde, comunicações, aéreo, mineiro e telecomunicações. Dentre estes, foco especial foi dado para o setor elétrico – área na qual a população venezuelana tem sofrido devido à falta de energia elétrica recorrente – já que o presidente fez questão de destacar em seu programa semanal, “Con Maduro+”, que dentre os acordos firmados com a China, foi feito um focando no setor elétrico, que estabelece o “apoio de uma poderosa empresa chinesa para a modernização do sistema elétrico venezuelano”. Para além disto, a mídia venezuelana destacou a assinatura do memorando de entendimento entre os países no sentido de trabalhar em conjunto visando a “cooperação, o desenvolvimento e a modernização das zonas econômicas especiais (ZEE)” na Venezuela. Por fim, outro acontecimento relevante durante a viagem consistiu na reunião de Maduro com a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, Dilma Rousseff, ocasião em que o mandatário sinalizou a importância da relação da Venezuela com o agrupamento e frisou que, tanto o bloco quanto a instituição financeira, podem contar com a Venezuela como “um sócio, um aliado, um amigo”

Fontes: [Efecto Cocuyo](#), 07/09/2023; [Efecto Cocuyo](#), 09/09/2023; [Efecto Cocuyo](#), 09/09/2023; [Efecto Cocuyo](#), 12/09/2023; [El Nacional](#), 19/09/2023.

ONU divulga relatório sobre a situação política e social da Venezuela

Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a realização de uma Missão Internacional Independente na Venezuela. Desde então, a missão tem acompanhado a situação política e social no país. No mês de setembro foi divulgado e apresentado na Comissão de Direitos Humanos da ONU o quarto relatório do grupo, falando sobre o que foi observado no período e denunciando violações de direitos humanos. No documento afirma-se a existência de “motivos razoáveis para acreditar que pelo menos 5 privações arbitrarias da vida, 14 desaparecimentos forçados de curta duração e 58 detenções arbitrarias foram cometidos nesse período”. Também foram documentados 28 casos de tortura ou tratamento

cruel, desumano ou degradante de detidos, incluindo 19 casos de violência sexual e de gênero contra homens e mulheres durante o mesmo período. A missão recebeu menos alegações de graves violações dos direitos humanos em comparação com momentos anteriores, todavia continuou a documentar numerosos casos de violações contra opositores ao governo. Ademais, o relatório frisa que está crescendo a “repressão seletiva contra líderes sociais e políticos”. Uma demonstração importante disto seria a inabilitação da candidata da oposição, Maria Corina Machado. Outros exemplos de práticas que constam no documento são: censuras e restrições arbitrarias dos meios de comunicação no país, a condenação criminal a 16 anos de prisão de vários dirigentes sindicais por participarem em protestos por reclamações laborais, dentre outros. Em resposta à divulgação do documento, o governo rechaçou o informe, dizendo que ele apresenta acusações falsas e sem fundamento. Dirigentes da missão lamentam “a falta de cooperação do governo venezuelano” e dizem que “continuarão a trabalhar para promover a justiça para as vítimas e a responsabilização dos perpetradores”. A mídia venezuelana noticiou, em 20 de setembro, que o governo de Nicolás Maduro utilizou o seu aparelho de comunicação nas redes sociais para destacar a operação que buscou prender o chefe do Tren de Aragua, a maior organização criminosa no país. A operação Gran Cacique Guaicaipuro ocorreu na prisão de Tocarón e foi usada como forma de ofuscar a divulgação do relatório da Missão Independente da ONU.

Fontes: [HRC](#), 18/09/2023; [OHCHR](#), 20/09/2023; [El Nacional](#), 20/09/2023; [Efecto Cocuyo](#), 25/09/2023; [El Nacional](#), 26/09/2023.

Guiana mostra alinhamento com Suriname e tensão com Venezuela na AGNU

No mês de setembro, dois grandes eventos internacionais aconteceram: o G77+China e a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Os líderes de Guiana e Suriname compareceram a ambos e estiveram alinhados em seus respectivos discursos. Irfaan Ali e Chan Santokhi foram incisivos quanto à necessidade dos países desenvolvidos assumirem maiores responsabilidades. Para ambos, é preciso considerar a questão climática, mas também as assimetrias sistêmicas, pois Guiana e Suriname necessitam de recursos financeiros, técnicos e tecnológicos para que seus países possam continuar

contribuindo para a captação de carbono, sem sacrificar, contudo, o bem-estar de suas populações. Portanto, as preocupações climáticas, segundo a postura dos dois líderes, devem vir acompanhadas do combate às desigualdades socioeconômicas. Além disso, ambos os presidentes demonstraram grande preocupação com a segurança alimentar regional, aproveitando para criticar as pressões internacionais que afetam o preço dos alimentos – no caso, referiam-se à guerra na Ucrânia e aos embargos econômicos. Apesar de terem demonstrado solidariedade ao povo ucraniano, mencionaram a disparidade dos valores financeiros destinados à Ucrânia em comparação com outros países que também passam por dificuldades, como a Palestina. Por outro lado, a Assembleia Geral das Nações Unidas também foi palco de tensões entre Venezuela e Guiana. Os países possuem um histórico de disputa territorial desde o século XIX, porém a exploração de petróleo por parte da ExxonMobil, empresa estadunidense, é central para inflamar o litígio atualmente. A Venezuela não reconhece o direito da Guiana sob o território. O governo da Venezuela acusa os Estados Unidos de estarem transformando a Guiana em uma base militar avançada, enquanto o governo guianês assume que qualquer questão deve ser levada à Corte Internacional de Justiça, a qual, em abril de 2023, decidiu pela legitimidade do pleito do seu país. Irfaan Ali levou a questão para a tribuna da Assembleia Geral das Nações Unidas em seu discurso.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 06/04/2023; [English News](#), 17/09/2023; [AGONU](#), 20/09/2023; [AGONU](#), 20/09/2023; [Dagblad Suriname](#), 21/09/2023; [Amsterdam News](#), 27/09/2023.

Encontro do G20 na Índia reúne as maiores economias globais

Entre 9 e 10 de setembro, aconteceu o 18º Encontro do G20, que reuniu os/as líderes das maiores economias globais, incluindo África do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia e Rússia. Sob a presidência de Narendra Modi, o primeiro-ministro indiano, participantes do encontro chegaram a uma declaração conjunta que tratou de questões ambientais, confirmou a adesão da União Africana ao bloco e evitou mencionar diretamente a guerra entre Rússia e Ucrânia. Desde o início desse conflito, o G20 enfrenta o desafio de reunir países em espectros opostos do conflito, com Estados Unidos e outras potências europeias apoiando o esforço de resistência ucraniano, países com posições neutras ou independentes, como África do Sul, e a própria Rússia. Como resultado, a declaração

final do encontro condenou o uso da força para alcançar ganhos territoriais, mas não fez referência direta ao conflito ou às suas partes principais. Durante o encontro, foi assinado um Memorando de Entendimento para a criação do Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa Ocidental, que pretende ampliar as conexões logísticas e de transporte entre estas regiões, promovendo desenvolvimento e integração econômica. Liderada pelos Estados Unidos e União Europeia, a iniciativa foi vista como uma resposta à Iniciativa Cinturão e Rota, da China. Foi também anunciada a Aliança Global para Biocombustíveis, liderada por Brasil, Índia e Estados Unidos, com objetivo de criar e expandir mercados para combustíveis sustentáveis. O encontro marcou a transferência da presidência rotativa do G20 para o Brasil, a qual se iniciará oficialmente em dezembro.

Fontes: [Al Jazeera](#), 10/09/2023; [France 24](#), 10/09/2023; [BBC](#), 10/09/2023; [India Today](#), 10/09/2023; [BBC](#), 01/10/2023.

O G20 como palco de discussões sobre o nome da Índia

No dia 9 de outubro de 2023, teve início o encontro da cúpula do G20, grupo composto por 19 países e pela União Europeia, pela primeira vez ocorrido na Índia. Este país assumiu a presidência do grupo em dezembro de 2022 sob o lema 'Uma Terra, Uma Família, Um Futuro', diante do desafio de lidar com temas complexos como a guerra na Ucrânia e de alcançar declarações conjuntas sobre temas diversos como clima, energia e financiamento internacional. Para além dos resultados e dos desafios políticos deste encontro, um acontecimento mobilizou discussões complexas sobre o futuro da Índia. No começo da semana que precedeu o início oficial do evento, foram enviados convites para o jantar oficial em nome do 'Presidente de Bharat', diferentemente de 'Presidente da Índia', como tem sido a norma para convites oficiais. Além dessa oportunidade, o nome 'Bharat' foi exibido como identificação oficial do país durante todo o evento. O fato desencadeou uma série de disputas políticas, tanto internas quanto externas, com muitos líderes da oposição ao partido do atual Primeiro-Ministro Modi, o Bharatiya Janata Party (BJP), questionando a medida. Em desdobramento a essa nova denominação para o país, as mídias paquistanesas nacionalistas apontaram para a possibilidade do Paquistão reivindicar o nome 'Índia' se o governo Modi o oficialize a mudança. Para além de meras formalidades em torno da mudança do nome

da Índia, a proposta diz muito sobre a história indiana e sobre o atual contexto nacional sob a liderança do BJP e do primeiro-ministro Narendra Modi.

Fontes: [Times of India](#), 05/09/2023; [DW News](#), 08/09/2023; [India Today](#), 09/09/2023; [The Indian Express](#), 12/09/2023.

China solicita aos EUA que pare de interferir nos assuntos relativos aos uigures

No dia 26 de setembro, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (EUA) adicionou mais três empresas chinesas na lista de entidades da Lei de Prevenção do Trabalho Forçado Uigur sob alegação de trabalho forçado e abuso dos direitos humanos, totalizando 27 empresas. As autoridades alfandegárias dos EUA começaram a aplicar a Lei em junho de 2022, quando o Departamento de Estado norte-americano divulgou um adendo destacando os riscos para as empresas que adquirem bens diretamente da região autônoma uigur de Xinjiang. No dia, 27, após a liberação da lista, o Vice-diretor do Departamento de Informação do Ministério de Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, em uma coletiva de imprensa, afirmou que os EUA deveriam parar de difamar a China e de intervir em seus assuntos internos com o pretexto de defesa dos direitos humanos. Wang reiterou que a alegação de trabalho forçado na região é uma mentira propagada contra a China para manchar a imagem do país e que os EUA utilizam essa mentira para aplicar a Lei de Prevenção do Trabalho Forçado Uigur, colocando entidades chinesas na lista negra e perseguindo empresas do país. Além disso, o Ministério do Comércio da China, por meio de um comunicado, se opôs à inclusão das empresas na lista norte-americana e afirmou que os documentos consultivos dos EUA, destinados a salvaguardar os direitos humanos, são vistos como um pretexto para interferência nos assuntos internos da China.

Fontes: [South China Morning Post](#), 27/09/2023; [Xinhua](#), 27/09/2023; [CGTN](#), 28/09/2023; [China Daily](#), 28/09/2023.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

